

Parte 2

Capítulo 6 - Trabalho e educação a partir de uma leitura do marxismo de Moishe Postone

Alessandro de Melo
Mariana Prado Guaragni
Marielle Zazula

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MELO, A., GUARAGNI, MP., and ZAZULA, M. Trabalho e educação a partir de uma leitura do marxismo de Moishe Postone. In: SCHLESENER, AH., MASSON, G., and SUBTIL, MJD, orgs. *Marxismo(s) & educação* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 135-162. ISBN 978-85-7798-211-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 6

TRABALHO E EDUCAÇÃO A PARTIR DE UMA LEITURA DO MARXISMO DE MOISHE POSTONE

Alessandro de Melo
Mariana Prado Guaragni
Marielle Zazula

Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza.

Marx, 1964.

INTRODUÇÃO

Este artigo localiza-se no centro dos esforços de uma releitura do marxismo, para além daquelas interpretações tradicionais pautadas por um certo positivismo ou por um esquematismo que não faz jus à dialética magistral produzida por Marx nas suas obras de maturidade, das quais destaca-se *O capital*, publicado a partir de 1867 até a década de 90 do século XIX, pelo esforço do próprio Marx, que publicou ainda em vida o primeiro livro, em 1867 e pelo esforço de Engels, que publicou o segundo livro, em 1885 e o terceiro livro, em 1895 e, por fim, pelo esforço de Karl Kautsky, que publicou o último livro denominado *As teorias da mais-valia* em 1905-1906. Sem querer pleitear o mesmo que Louis Althusser sobre a ruptura epistemológica na obra de Marx, é sem dúvida plausível, inclusive pelo que se conhece da personalidade do alemão, considerar que a sua obra máxima, *O capital*, seja a culminância de seu percurso intelectual.

Partindo do que denomina “obras de maturidade”, o historiador e crítico canadense Moishe Postone (1942-), lançou em 1993 *Tempo*,

trabalho e dominação: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx, só recentemente traduzido para o português, um livro de grande envergadura no que se refere à necessidade de uma reinterpretação da grande obra de Marx, *O capital*, e ainda recuperando a importância teórica dos *Grundrisse*, escritos na década de 1850 como rascunho para *O capital*. Nesta reinterpretação de Marx, o autor canadense desmonta criticamente o que denominou de “marxismo tradicional”, num diálogo crítico com a então recém interrompida experiência soviética e, ao mesmo tempo, com grandes autores do marxismo ocidental.

Em síntese, o “marxismo tradicional”, que será melhor elaborado na primeira parte do texto, consiste numa leitura da teoria do valor de Marx pautada pela ausência da crítica à produção capitalista, focada, portanto, na crítica do mercado e da propriedade privada dos meios de produção e, que assim, resulta numa avaliação do capitalismo pela via do trabalho e da produção, bem como da luta de classes, produzindo uma via para a superação do capitalismo que, para Postone, é insuficiente e, inclusive, está na base dos equívocos da experiência soviética.

Um dos pilares do marxismo tradicional é a categoria trabalho, compreendida como uma categoria trans-histórica. Moishe Postone, ao contrário da corrente tradicional do marxismo, postula que na obra de Marx não é possível o tratamento trans-histórico do trabalho, pois o tratamento crítico que Marx produziu refere-se especificamente ao trabalho na sua especificidade capitalista, ou seja, o trabalho que produz valor. A partir desta premissa que guia todo o livro, o autor detalha sua leitura d’*O capital* e dos *Grundrisse* para alertar os leitores da necessidade de conceber a obra de Marx no âmbito da especificidade capitalista e de como esta nova concepção é repleta de consequências para a crítica social e para a política.

Este texto procura analisar as consequências desta leitura para a educação, visando a construção de um projeto educativo revolucionário. É neste contexto que emerge a necessidade de debater com as correntes do marxismo tradicional presentes na educação brasileira, que vem pautando seus projetos educativos sobre as bases da categoria *trabalho* concebida de forma trans-histórica. Porém, dados a necessidade de expor os argumentos do autor canadense e os limites do capítulo, este diálogo será objeto de outros textos.

Apesar de vivermos um momento histórico sem dúvida marcado pela desvalorização da teoria, em nome de um pragmatismo pautado por

encontrar saídas consideradas “urgentes e eficazes” para a educação brasileira, a discussão de fundamentos para projetos educativos é a base daqueles que visam uma educação “para além do capital”, parafraseando famoso livro de Mészáros. No Brasil, correntes críticas marxistas tem realizado grandes trabalhos neste sentido, por vezes até chegando a pautar políticas públicas com seus projetos críticos, porém, mesmo neste campo é necessária a discussão constante dos princípios que regem os projetos educativos marxistas, haja vista que esses se baseiam em determinadas leituras de Marx que, caso estejam equivocadas, podem não se mostrar como meios realmente revolucionários.

Desta forma, e pautado no princípio da dialética necessidade e liberdade analisada por Postone (2014), propõe-se que um projeto revolucionário não seja pautado no trabalho, mas na liberdade, haja vista que a contradição mais aguda do capitalismo não se dá no âmbito da luta de classes, como na leitura tradicional do marxismo e logo não se trata de que os trabalhadores se “realizem” no trabalho superando o regime de propriedade privada. A contradição fundamental da sociedade capitalista está no centro nervoso do seu funcionamento, ou seja, na produção de mercadorias e do valor, para o qual há a necessidade intrínseca de força de trabalho. O trabalho não se constituiu no *ponto de vista* da crítica de Marx ao capitalismo, mas sim no *objeto* da sua teoria crítica.

Nesta dialética (necessidade-liberdade) o trabalho, já afirmava Marx em *O capital*, não é o limite do reino da liberdade, mas sua base. O projeto educativo, portanto, não deve se pautar na realização do reino da necessidade, mas avançar para a produção de seres humanos, o “indivíduo social” de Marx, que sejam formados para uma vida em sociedade baseada nesta dialética entre necessidade e liberdade.

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA CRÍTICA DE MARX, SEGUNDO MOISHE POSTONE

O historiador e crítico canadense Moishe Postone propõe em sua obra *Tempo, trabalho e dominação social* (2014), originalmente publicada em 1993, uma reinterpretação da economia política de Marx que melhor se adéque aos tempos atuais, tendo em vista o fracasso retumbante do

marxismo tradicional dominante no século XX em realizar a crítica e superar o capitalismo, especialmente na sua forma do “socialismo realmente existente”, ou seja, o modelo soviético, derrubado em 1989 e com o qual esta obra é um diálogo crítico severo, criativo, inovador e bastante rigoroso.

A base fundamental da obra de Postone é uma reconsideração crítica das principais categorias marxianas traduzidas pelo “marxismo tradicional”, ou seja, trabalho, mercado, propriedade privada, classes sociais, exploração, e, fundamentalmente, as polêmicas em torno da teoria do valor. Para o autor canadense, o capitalismo não pode ser definido em termos de uma dominação direta, ou seja, ele não se caracteriza fundamentalmente¹ pelas relações contraditórias entre classes sociais ou outras formas de grupos sociais. Postone (2014) afirma, ao contrário disso, que o capitalismo caracteriza-se por relações sociais de interdependência impessoais e quase objetivas, ou seja, que embora sociais, se tornam quase independentes dos sujeitos que estão imersos nas práticas sociais. Ele sintetiza assim a sua concepção:

O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais e impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua (POSTONE, 2014, p.18).

Para o autor, a sociedade capitalista é uma sociedade de classes, porém a dominação de classes não constitui o terreno último da dominação nesta sociedade. Os fundamentos da forma de dominação abstrata, característica do capitalismo, depende da compreensão da categoria de valor em Marx, ou seja, o valor é o cerne da dominação abstrata, que para Postone não pode ser reduzido à mera produção de riqueza material. O valor, na teoria marxiana, é também uma forma de riqueza especificamente capitalista.

1. Durante o texto a palavra “fundamentalmente”, e seus derivados, significa que o autor não desconsidera, nem poderia, as lutas de classes ou a exploração dos trabalhadores pelo capital. Porém esta não é a marca que caracteriza o capitalismo em sua última instância.

A teoria crítica de Marx sobre o capitalismo, assim, não se restringiria à crítica da má distribuição dos produtos socialmente produzidos, ou seja, a sua teoria econômica não se reduz aos mecanismos de mercado. Isso implica que a dominação capitalista não seja entre o grupo que possui a propriedade privada dos meios de produção e dos que não possuem, ou apenas possuem como propriedade a força de trabalho para vender no mercado. A forma de dominação que leva os indivíduos a impulsionearem o sistema, ou seja, produzir e consumir ou produzir para consumir, não é uma dominação direta, como na escravidão, mas uma dominação abstrata e impessoal, uma forma de compulsão para a qual os sujeitos não possuem controle caso queiram permanecer em sua situação, sejam eles “burgueses” ou “proletários”.

Esta forma de compulsão se dá, portanto, na medida em que no capitalismo o valor se torna mais-valor através do dispêndio de tempo e força de trabalho. O trabalho abstrato passa a ser central no modo capitalista de produção por ser determinante para a medida do valor. O processo em que o tempo de trabalho abstrato agrega mais-valor às mercadorias, alterando sua magnitude, de acordo com Marx (1998) transforma-se em capital, ou seja:

o processo de expansão do valor. O dinheiro encerra o movimento apenas para começá-lo de novo. O fim de cada circuito particular, em que a compra se realiza em função da venda, constitui naturalmente o começo do novo circuito. A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do dinheiro só existe neste movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites. (MARX, 1998, p. 183).

A dominação na sociedade capitalista, portanto, não se dá apenas mediante as relações entre os grupos de classes e pessoas, não ocorre essencialmente de forma direta, mas com base nesta mediação da mercadoria, que “se desenvolve em um tipo de sistema objetivo acima dos

indivíduos e contra eles e cada vez mais determina os objetivos e os meios da atividade humana” (POSTONE, 2014, p. 185).

A categoria valor, por constituir-se enquanto elemento chave das relações capitalistas, bem como de estar expresso na objetivação de um trabalho em comum – o trabalho abstrato – é por si só também determinação social alienada. O trabalho produtor de valor tem no tempo de trabalho socialmente necessário a essência do modo de produção capitalista, sistema em que os trabalhadores são confrontados pela sua dimensão temporal abstrata, uma determinação historicamente constituída que origina formas de compulsão abstrata e impessoal que domina os indivíduos.

Nestes termos, a categoria de alienação precisa ser revista, já que tradicionalmente ela é caracterizada fundamentalmente pelas relações sociais pautadas pela propriedade privada. Em *O capital*, a alienação aparece na obra de Marx diferentemente de como aparece nos *Manuscritos* de 1844, ou seja, naquele momento o trabalho foi considerado trans-histórico, mas na obra de maturidade a alienação é função da especificidade do trabalho sob o capitalismo, ou seja, o seu duplo caráter como produtor de valor de uso e valor.

Sua função [a deste tipo de trabalho] como atividade socialmente mediadora é exteriorizada como uma esfera social independente abstrata que exerce uma forma de compulsão impessoal sobre as pessoas que constituem. O trabalho no capitalismo dá origem a uma estrutura que o domina. Essa forma de dominação reflexiva autogerada é alienação (POSTONE, 2014, p.187).

Neste trecho fica clara outra faceta da crítica de Moishe Postone ao marxismo tradicional: ele não critica apenas a *forma* do trabalho sob o capitalismo, ou seja, a exploração entre classes sociais ou as formas concretas de objetivação e produção de riqueza material. O autor coloca o trabalho não como *ponto de vista* da crítica marxiana, mas como seu objeto da crítica. Para o canadense, Marx realizou uma verdadeira crítica dos fundamentos do trabalho sob o capitalismo. “A dominação abstrata e a exploração da característica do trabalho no capitalismo são fundamentadas basicamente não na apropriação do mais-valor pelas classes não trabalhadoras, mas na forma do trabalho no capitalismo” (POSTONE, 2014, p.188).

Voltando à alienação, é perceptível que entre os textos de 1844 e 1845 e o de 1867 há uma mudança qualitativa na concepção de alienação. A relação entre objetivação e alienação, que nos primeiros escritos aparece como fundada em algo extrínseco, como a propriedade privada, em *O capital* aparece como forma intrínseca do trabalho sob o capitalismo: o que o trabalho objetiva, como atividade socialmente mediadora, são as relações sociais alienadas, cujas características já foram apontadas na forma de dominação abstrata, quase objetiva e como compulsão social que domina os sujeitos.

O processo histórico da passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho sob o capital demonstra cabalmente como o trabalho vai sendo constituído pelo valor, que como já foi dito é o cerne da dominação. Nas palavras de Postone (2014, p. 211):

Com a subsunção real, o objetivo da produção capitalista – que é na verdade um meio – molda o meio material de sua realização. A relação entre a forma material da produção e seu objetivo (valor) não é mais contingente. Pelo contrário, o trabalho abstrato começa a quantificar e moldar o trabalho concreto à sua imagem, a dominação abstrata do valor começa a se materializar no processo de trabalho em si. Um marco da subsunção real, de acordo com Marx, é que, apesar das aparências, as matérias-primas reais do processo de produção não são os materiais físicos que são transformados em produtos materiais, mas os *trabalhadores* cujo tempo de trabalho objetivado constitui o sangue vital da totalidade. Com a subsunção real, essa determinação do processo de valorização se materializa: a pessoa, literalmente, se torna um meio.

No processo de subsunção real do trabalho ao capital, segundo Postone, fica evidenciado o caráter do processo de produção do capitalismo, moldado pelo valor e pelo capital (valor que se valoriza constantemente, sem controle). Nesse, a contradição não se dá entre burguesia e proletariado, ou entre apropriação privada ou social dos bens produzidos socialmente, mas sim se dá no próprio caráter duplo do trabalho. Portanto, para o autor o trabalho não se constitui apenas como objeto da dominação, mas também é fonte constituinte da dominação no capitalismo e a base da dominação é o tempo de trabalho.

Na concepção marxiana o valor é uma forma de riqueza constituída especificamente pela sua determinação temporal. Logo, o valor como cerne da dominação é uma determinação temporal, e o tempo de trabalho socialmente necessário – TTSN sua fundamentação abstrata mais profunda e característica do capitalismo. Assim como o trabalho abstrato abstrai as formas concretas das mercadorias produzidas, a grandeza do valor “[...] refere-se a uma abstração das quantidades físicas dos produtos trocados, bem como à redução a um denominador comum não manifesto – o tempo de trabalho envolvido em sua produção.” (POSTONE, 2014, p.221). E mais, não se pode dizer que o TTSN refere-se a cada produção concreta em particular, mas se refere à sociedade como um todo, sendo, portanto, uma categoria totalizante. O ponto de partida para a determinação da grandeza de valor é, portanto, a sociedade como um todo.

O tempo de trabalho socialmente necessário expressa uma necessidade social quase objetiva com a qual os produtores são confrontados. É a dimensão temporal da dominação abstrata que caracteriza as estruturas de relações sociais alienadas no capitalismo. A totalidade social constituída pelo trabalho como mediação geral objetiva tem um caráter temporal, no qual *o tempo se torna uma necessidade*. (POSTONE, 2014, p.223).

A concepção da teoria do valor de Marx adotada por Postone o leva a compreender que o valor, como forma de riqueza social, é o fundamento da sociabilidade capitalista, e não se reduz ou não se identifica à produção de riqueza material. A partir do duplo caráter do trabalho sob o capitalismo, o canadense distingue valor e riqueza material e esta distinção é de fundamental importância para toda a sua teoria e para as repercussões da sua reinterpretação de Marx. “No capitalismo, a medida temporal abstrata, mais do que a quantidade material concreta, é a medida da riqueza social” (POSTONE, 2014, p.226).

A distinção entre riqueza material e a riqueza na forma de valor leva à discussão que nos parece bastante importante sobre as formas da contradição social no capitalismo. Para Postone o capitalismo se caracteriza pela contradição fundamental não entre classes, mas entre as duas formas de riqueza social: a riqueza material, corolária do caráter concreto do trabalho,

e o valor corolário do caráter abstrato do trabalho e que é o fundamento e a especificidade histórica do capitalismo como forma de mediação social.

Para o autor, a contradição entre riqueza material e valor se dá pelo fato de que no capitalismo há um distanciamento, e até mesmo uma ruptura, entre produção de riqueza material e dispêndio de valor, ou seja, ao mesmo tempo em que o capital necessita da objetivação do tempo da força de trabalho, pois é ela a única fonte produtora de valor, este se torna cada vez mais dispensável. Nas suas palavras:

Com a produção tecnológica avançada, a riqueza material torna-se função de um elevado nível de produtividade, que depende do potencial de criação de riqueza da ciência e da tecnologia. O dispêndio de tempo de trabalho humano direto já não possui qualquer relação significativa com a produção dessa riqueza [...] O que subjaz à contradição central do capitalismo, segundo Marx, é que o valor continua a ser a forma determinante da riqueza e das relações sociais no capitalismo, independentemente da evolução da produtividade; no entanto, o valor também se torna cada vez mais anacrônico, tendo em vista o potencial de produção de riqueza material das forças produtivas a que dá origem (POSTONE, 2014, p.229).

Derivado desta conclusão é que o tempo de trabalho torna-se, na concepção de Postone, “[...] o material de que são feitas a riqueza e as relações sociais no capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 348). Neste tipo de relação social o trabalho é forma de dominação retroalimentada pela compulsão que cria, ou seja, pela necessidade premente de manutenção do próprio sistema de dominação. Marx demonstra como as formas históricas de organização do trabalho foram moldando as relações sociais por meio do processo de trabalho e de como o processo se moldava, desde a manufatura à grande indústria, à exploração do tempo de trabalho. A conclusão de Marx em *O capital* é inquestionável: é com o desenvolvimento da grande indústria no século XIX, influenciada pelas limitações da jornada de trabalho, que a exploração da mais-valia relativa se desenvolve como forma característica do capitalismo.

E é justamente sob o signo da redução da jornada de trabalho que se dão os principais conflitos entre capital e trabalho. “É nesse quadro dinâmico que o antagonismo implícito na relação de classe emerge sob a forma de conflitos constantes que, por sua vez, se tornam momentos de desenvolvimento da totalidade” (POSTONE, 2014, p. 369). Tais conflitos agem no campo da delimitação do tempo de trabalho necessário e excedente e, logo, com a dialética entre trabalho e tempo².

Ainda derivado da distinção entre valor e riqueza material, o autor canadense afirma que, sob o capitalismo, o excedente não é fundamentalmente riqueza material, mas valor que é expropriado pela própria forma de riqueza, o valor que molda o processo de trabalho capitalista e não por dominação direta de classes. Para o capital, tanto o tempo excedente quanto o tempo necessário para a produção podem ser considerados socialmente necessários. Portanto, TTSN não poderia ser uma bandeira comunista, já que é parte integrante da forma capital e não uma possibilidade infiltrada nas “contradições” do capital. Postone sintetiza assim esta posição:

Argumento que o modo de produção capitalista deve ser entendido não com base em ‘forças de produção’ técnicas separadas das ‘relações de produção’ sociais, mas sim em termos da contradição entre valor e riqueza material, isto é, como uma expressão materializada de ambas as dimensões do trabalho no capitalismo e, portanto, tanto das forças como das relações de produção (POSTONE, 2014, p.232).

Como alerta o autor desde o princípio da sua obra, é necessário ter um “imaginário pós-capitalista sólido” como base para uma crítica do capital. Daí a relevância de enfrentar teoricamente questões tão importantes como a categoria trabalho, que no campo do marxismo brasileiro tem tomado parte das discussões educacionais. Na próxima parte insistiremos em trazer as contribuições de Moishe Postone especificamente sobre a crítica da concepção trans-histórica do trabalho.

2. Tivemos a oportunidade de acompanhar e orientar um trabalho de dissertação de mestrado que justamente trata de como esta dominação temporal determina de forma quase objetiva a vida dos trabalhadores do ensino noturno da cidade de Guarapuava-PR (SIGNORI, 2014).

O CARÁTER TRANS-HISTÓRICO DO TRABALHO NO MARXISMO TRADICIONAL

Um dos pilares do marxismo tradicional, segundo Moishe Postone (2014), é a tomada da categoria trabalho de Marx como uma categoria trans-histórica, que não leva em conta sua especificidade sob o capitalismo. Para os defensores desta forma de abordar a categoria trabalho, o que diferencia o trabalho no capitalismo de outras formas anteriores não é seu caráter próprio, mas fatores externos, como em Paul Sweezy (que refere-se à obra Teoria do Desenvolvimento Capitalista, originalmente publicada em 1942), para quem esta diferença seria o caráter diretamente social do trabalho em outras formas, como o socialismo, e o caráter não diretamente social do trabalho no capitalismo. O caráter “social”, neste caso, refere-se à propriedade privada dos meios de produção, que enquanto no capitalismo pertence à burguesia, no socialismo estaria nas mãos dos produtores diretos. Logo, para superar o capitalismo seria necessário e suficiente superar as mediações que implicam no caráter indiretamente social do trabalho, o que se tornou clássico na formulação sobre a “realização do proletariado” como “classe para si” na sociedade comunista.

A teoria crítica formulada por Marx inicia pela crítica da economia política clássica, por exemplo, de David Ricardo, justamente pelo fato de que o economista inglês compreendia o trabalho de maneira indiferenciada do trabalho como fonte de valor, ou seja, pelo fato de ele não ter anotado a especificidade do trabalho produtor da mercadoria no capitalismo. Marx pleiteia uma teoria do trabalho especificamente capitalista, marcado pelo seu duplo caráter: produtor de valor de uso e, fundamentalmente, de valor, tendo como suporte material as mercadorias. Em síntese, trata-se da necessidade de reinterpretar a teoria do valor de Marx, que é a mediação fundamental das relações sociais capitalistas e, logo, o cerne da dominação social no capitalismo. Um projeto revolucionário deveria, enfim, superar o valor como mediação social, o que é muito diferente das interpretações do marxismo tradicional, pautadas na propriedade privada e no mercado.

Para corroborar esta formulação, Postone toma uma carta de Marx enviada a Engels em 8 de janeiro de 1868:

Os economistas, sem exceção, não entenderam a questão simples segundo a qual se a mercadoria é uma dualidade de valor de uso

e valor de troca, o trabalho representado na mercadoria tem também de ter um duplo caráter, ao passo que a mera análise de trabalho *sansphrase*, como em Smith e Ricardo etc. deverá por toda parte enfrentar o inexplicável. Esse é, na verdade, todo o segredo da concepção crítica (MARX; ENGELS, 1964, p. 195 *apud* POSTONE, 2014, p. 76).

Portanto, parece cristalino para Marx que o trabalho na forma capital não se trata de uma concepção ontológica do trabalho, ou seja, o eterno intercâmbio entre seres humanos e natureza, cujo resultado, a produção de riqueza material, é condição trans-histórica da vida social. Trata-se, diferentemente disso, de uma pesquisa sobre a especificidade do trabalho na forma histórica capitalista, que é sintetizada no seu duplo caráter de produtor de valor de uso e de valor. Enfim, a pesquisa de Marx vai além da de Ricardo, ou seja, “determinar as leis que regulam essa distribuição” da riqueza. “O centro do seu interesse passa a ser as formas de trabalho, riqueza e produção no capitalismo, e não somente a forma de distribuição” (POSTONE, 2014, p. 77). Separa-se, na concepção tradicional do marxismo, a forma (valor) do conteúdo (trabalho), sendo que a forma seria derivada da distribuição e não do seu conteúdo. Já que o conteúdo é trans-histórico e não poderia haver relação entre forma e conteúdo. Eis o equívoco da teoria clássica da economia liberal e cujo corolário é repetido em certa tradição marxista, inclusive na educação³.

Marx trata o trabalho, em sua obra madura, como simultaneamente privado e social, mas na especificidade capitalista. O trabalho abstrato é imediatamente social, segundo o autor alemão. O cerne mesmo da sociedade capitalista é esta forma diretamente social do trabalho, que só pode existir numa sociedade em que existe o “trabalho privado”.

3. Outro equívoco do marxismo tradicional, segundo Postone, seria o de encarar a passagem para o socialismo como uma “desmistificação” daquilo que é encoberto no capitalismo. “Dentro da estrutura de interpretações da noção de ‘trabalho’, a função da crítica é desmistificar (ou *desfetichizar*) teoricamente, ou seja, revelar que, apesar das aparências, o trabalho é na verdade a fonte trans-histórica da riqueza social e o princípio regulador da sociedade. O socialismo é a ‘desmistificação’ prática do capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 81). Ao contrário, a crítica à concepção tradicional do marxismo parte do fato de que para Marx o trabalho é constituinte e determinante somente no capitalismo. “É assim por causa do seu caráter historicamente específico e não apenas por ser uma atividade que medeia as interações materiais entre os seres humanos e a natureza” (POSTONE, 2014, p. 82).

“Ele considera que esse caráter diretamente social é central aos processos históricos que caracterizam o capitalismo, nos quais são desenvolvidos poderes e riqueza socialmente gerais, mas à custa dos indivíduos” (POSTONE, 2014, p. 66). É no próprio Marx que o autor canadense busca a fundamentação para a superação do caráter social do trabalho no processo de construção do socialismo:

De fato, na época da história que precede diretamente a reconstrução consciente da sociedade humana, foi somente por meio do mais colossal desperdício de desenvolvimento individual que se garantiu e se buscou o desenvolvimento da humanidade em geral. Dado que toda a economia que estamos discutindo aqui resulta do caráter social do trabalho, é precisamente esse caráter imediatamente social que produz esse desperdício da vida e saúde do trabalhador (MARX, K., 1991, p. 99-100 *apud* POSTONE, 2014, p. 66).

Seguindo o percurso de Marx, Postone propõe que o trabalho no capitalismo tem um caráter diretamente social ao contrário das versões tradicionais do marxismo, que desconsideram esta importante passagem de Marx em *O capital*, apresentada pelo autor. É este caráter social do trabalho que constitui a mediação característica do capitalismo. A crítica de Marx, portanto, recai sobre a dupla forma do trabalho: os trabalhos privados e o seu caráter diretamente social, que são complementares dialeticamente e que caracterizam a sociabilidade capitalista. É este caráter social do trabalho que deve ser superado em uma sociedade comunista. “A análise de Marx é uma crítica das relações sociais mediadas pelo trabalho sob o ponto de vista da possibilidade historicamente emergente de outras mediações sociais e políticas.” (MARX, K., 1991, p. 99-100 *apud* POSTONE, 2014, p. 67).

Nesta altura, e como um parêntesis na discussão, vale anotar uma referência metodológica de Moishe Postone em sua leitura da obra de Marx. A abordagem da especificidade do trabalho no capitalismo rejeita a hipótese, de um lado, de Althusser, sobre a ruptura epistemológica entre as obras de juventude e de maturidade, mas também rejeita a ideia que o autor canadense denomina como de uma corrente “humanista neo-objetivista estrutural”, para quem não existe uma mudança significativa nas

análises de Marx nas obras de maturidade em relação às obras anteriores. Postone reivindica que nas primeiras obras as categorias marxianas aparece com um caráter trans-histórico, que depois é superado nas obras de maturidade, especialmente após os *Grundrisse* e em *O capital*. E conclui assim sua nota metodológica:

A centralidade da especificidade histórica das formas sociais nas obras maduras de Marx associada à crítica das teorias que trans-historicizam essa especificidade, indica que as categorias das primeiras obras não podem ser identificadas diretamente com, nem usadas diretamente para elucidar, as da crítica da economia política (POSTONE, 2014, p. 95).

Marx aponta no Livro III como as formas fenomênicas do capitalismo, a exemplo do preço do lucro e, especialmente, o salário, que encobrem seu caráter específico, dando à realidade uma aparência naturalizada, e, portanto, trans-histórica. Sobre isso é elucidativa a passagem de Marx, no fim do Livro III:

Capital-lucro (ou, ainda melhor, capital-juros), terra-terreno-aluguel, trabalho-salários, essa trindade econômica como ligação entre os componentes de valor e riqueza em geral e suas origens completa a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais e a coalescência das relações materiais de produção com sua especificidade histórica e social (MARX, 1991, p. 952 *apud* POSTONE, 2014, p. 162).

Marx elucida o fato de que estruturas centrais do capitalismo aparecem fetichizadas, parecendo objetivas e trans-históricas. É este o sentido da crítica radical que fez à economia política clássica, que fundamenta seus argumentos no caráter trans-histórico das categorias de análise e na troca da essência pelas aparências, como na “trindade” citada por Marx acima assinalada. Ao adentrar na especificidade do caráter da produção do valor no capitalismo, Marx consegue concretizar uma crítica adequada deste sistema.

O caráter abstrato, fisiológico, do trabalho, aparece no que Marx analisou no fetiche da mercadoria, ou seja, a aparência trans-histórica do trabalho, sua base fisiológica, que esconde a sua especificidade capitalista, que ao longo de *O Capital* é desmontada. Segundo o autor, não há em Marx, com suas categorias de aparência, como valor de troca, preço, lucro e mesmo as categorias essenciais, como valor e mercadoria, a intenção de produzir uma teoria trans-histórica, ontologicamente válida. Marx descobre que é o caráter reificado sob o capitalismo que naturaliza estas formas aparentes, que, assim, são analisadas como trans-históricas pelo pensamento liberal, e até mesmo pelo que o autor canadense denominou como marxismo tradicional.

Ao contrário das leituras tradicionais, e Postone cita mais uma vez Paul Sweezy, para quem o caráter abstrato do trabalho se refere ao elemento comum a todas as atividades, ou seja, dispêndio de força de trabalho em um determinado tempo, para o autor aqui analisado o trabalho abstrato é trabalho real, não uma abstração das formas concretas de trabalho, ou seja, é a própria forma do trabalho no capitalismo.

A exposição de Marx em *O capital* inicia com a análise da mercadoria não como ponto final da crítica, mas como uma mediação para o desenrolar do argumento sobre a teoria do valor, na qual se vincula a produção de mercadoria e é base das mediações sociais. Nas palavras de Postone (2014, p. 174):

Uma sociedade em que a mercadoria é a forma geral do produto e, portanto, valor é a forma geral de riqueza, caracteriza-se por uma forma única de interdependência social – as pessoas não consomem o que produzem, mas produzem e trocam mercadorias para adquirirem outras mercadorias.

O trabalho sob o capitalismo, portanto, tem essa especificidade: uma nítida falta de relação entre o trabalho concreto, despendido na produção de determinadas mercadorias, e os produtos que podem ser trocados por meio do trabalho. Esta é uma especificidade do capitalismo, que não ocorria em sociedades anteriores dada a universalização, no capitalismo, da forma-mercadoria, ou seja, da produção vinculada à valorização constante e incontrollável. As relações abertas, características de outras

sociedades pré-capitalistas, são substituídas pelo próprio trabalho, que se transforma em mediação social fundamental, ou seja, trabalho abstrato, que em Marx não se trata meramente de uma atividade produtiva. Na concepção do autor estudado, o trabalho no capitalismo cria seu terreno social próprio, gerando relações objetivas em detrimento das relações abertas de outras formas de sociedade.

O trabalho constitui uma totalidade, que se relaciona à generalidade da forma-mercadoria.

Como o trabalho e seus produtos não são mediados nem recebe seu caráter social por meio de relações sociais diretas, eles adquirem duas dimensões: são qualitativamente particulares, mas também possuem uma dimensão geral subjacente. Essa dualidade corresponde à circunstância de o trabalho (e seus produtos) ser comprado por sua especificidade qualitativa, mas ser vendido como um meio geral. Consequentemente, o trabalho produtor de mercadoria tanto é particular – como trabalho concreto, uma atividade determinada que cria valores específicos de uso – quanto socialmente geral, como trabalho abstrato, um meio de adquirir bens de outros (POSTONE, 2014, p. 177-178).

O que é específico do trabalho no capitalismo é sua função de mediação. “Como atividade socialmente mediadora, o trabalho é abstraído da especificidade do seu produto e, portanto, da especificidade de sua própria função concreta” (POSTONE, 2014, p. 178). O caráter da mediação é socialmente geral e também é geral por ser uma mediação entre todos os produtores. “Assim, seus produtos constituem uma *mediação socialmente total-valor*” (POSTONE, 2014, p. 178). É essa dualidade: concreto e abstrato, que caracteriza a formação social capitalista e gera nesta formação social relações alienadas, abstratas e quase objetivas.

Superar a alienação, nessa visão, envolve a abolição do *sujeito* (capital) *autofundado, automovente*, e das formas de trabalho que constituem e são constituídas por estruturas de alienação; isso permitiria que a humanidade se apropriasse do que foi constituído de forma alienada. A superação do *sujeito* histórico permitiria

que as pessoas, pela primeira vez, se tornassem sujeitos de suas próprias práticas sociais (POSTONE, 2014, p. 259).

Outra característica do trabalho no capitalismo é a subversão dos princípios ontológicos que orientam a relação dos seres humanos com a natureza, visando a produção do mundo humano. No capitalismo a produção não visa uma objetivação universalizante e realizadora do ser social, mas, ao contrário, obedece de forma compulsória às demandas do capital pela valorização. Criar valor é o objetivo e a essência do processo de trabalho e das relações sociais capitalistas. O dispêndio de força de trabalho, característica trans-histórica, no capitalismo ganha uma especificidade de se separar do processo concreto em que é aplicada esta força, ou seja, este dispêndio de força de trabalho transformou-se em fim, e não meio para outras finalidades. Assim também o trabalho abstrato se coloca acima das vontades dos sujeitos, como um mecanismo que lhes é alheio, objetivo, ao qual devem se adaptar⁴. O trabalho, portanto, torna-se o objeto do processo de produção, sua verdadeira “matéria-prima”.

A partir das premissas analisadas apreende-se que uma teoria marxista da educação não deveria levar em conta o trabalho como princípio educativo, já que nem em sua forma concreta ou abstrata o trabalho está fora do âmbito do capital. Uma educação para além do capital seria uma educação para além do trabalho como princípio educativo.

TRABALHO, NECESSIDADE E LIBERDADE: PARA UM PRINCÍPIO EDUCATIVO PAUTADO PELA LIBERDADE

Antes de adentrar na proposta que se pretende desenvolver sobre um projeto educativo a partir da obra de Moishe Postone, é necessário tratar do que o autor compreende ser a contradição do capitalismo, localizada no âmbito do valor, que é o ponto de partida tanto para a superação do capitalismo quanto para a construção dos fundamentos de um projeto

4. Nessa análise é fácil perceber que inspira-se no próprio Marx e sua crítica da maquinaria e a grande indústria, que pela primeira vez se coloca como mecanismo objetivo, independente das subjetividades dos trabalhadores e frente a qual estes deveriam se adaptar.

educativo crítico e revolucionário. Como já deve ter ficado claro pelo exposto até aqui, Postone não acredita que a contradição fundamental do capitalismo se localize na luta de classes, mas no que ele elaborou como “dominação abstrata”. E, logo, a contradição não pode ser compreendida pela exploração entre grupos sociais: “pelo contrário, contradição social se refere ao tecido mesmo da sociedade, a uma ‘não identidade’ autogeradora intrínseca às suas estruturas de relações sociais que, portanto, não constituem um todo unitário estável” (POSTONE, 2014, p. 110).

A teoria de Marx apreende as contradições da sociedade pelas categorias que desenvolve e para Postone a categoria de valor é central na teoria crítica de Marx e não a luta de classes ou o trabalho. A adequação das categorias se refere à historicidade destas na sociedade capitalista e não em sua trans-historicidade, segundo ensina Postone (2014, p. 111).

Ademais, como categorias de uma crítica histórica, é necessário mostrar que elas apreendem a base de uma dinâmica intrínseca daquela sociedade, levando à possibilidade de sua negação histórica – ao ‘dever ser’ que emerge como uma possibilidade histórica imanente ao ‘ser’. De forma semelhante, supõe-se que a sociedade é contraditória, essa contradição deve ser expressa pelas categorias usadas para expressar as formas básicas das relações sociais dessa sociedade.

A categoria valor apreende as relações reais e historicamente definidas e contraditórias na sociedade capitalista, ou seja, é pela apreensão correta da dinâmica especificamente capitalista pela categoria valor que se torna possível a sua superação. É neste sentido que um projeto crítico e revolucionário de educação deve se pautar nas categorias marxianas e no caso em tela a categoria valor torna-se central, dado que a contradição fundamental do capitalismo se localiza no desenvolvimento da produção de valor.

Um primeiro passo para a compreensão da contradição no capitalismo, sob o ponto de vista da reinterpretação de Postone, é que a crítica de Marx não é ao trabalho em geral, mas sim à especificidade do trabalho no capitalismo, trabalho este que é fundamentalmente caracterizado não pela produção de valores de uso, mas sim de valor, ou seja, não se trata de uma crítica reduzida à exploração de uma classe pela outra, mas uma

crítica à forma e conteúdo do trabalho, à própria produção como totalidade. Marx não focou sua crítica apenas na distribuição social do produto do trabalho, mas também e fundamentalmente ao próprio modo de ser da produção sob o capitalismo e é neste sentido que o autor se diferencia das leituras tradicionais do marxismo. Logo: “a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não apenas uma contradição entre as esferas de produção e distribuição” (POSTONE, 2014, p. 148).

O cerne da contradição do capitalismo, para o nosso autor e para o próprio Marx desde os *Grundrisse*, se localiza na contradição entre a produção de riqueza material e a produção de valor e, assim, refere-se ao duplo caráter do trabalho no capitalismo e, portanto, à contradição entre forças produtivas e relações de produção. Esta contradição pode ser inicialmente explicada pelo fato básico de que o aumento da produtividade, que é a incessante busca do capital, não gera nenhum valor a mais por tempo de trabalho despedido pela força de trabalho. Ou seja, o aumento da produção de riqueza material, o mundo das mercadorias, cada vez se afasta da produção de valor, o que resulta em um sistema em que a alta produtividade de produtos necessita cada vez menos do dispêndio de força de trabalho.

Desta forma, o trabalho compreendido como o metabolismo social entre os seres humanos e a natureza para a produção da vida social não pode explicar o trabalho sob o capitalismo, que por seu caráter produtor de valor subverte esta forma ontológica sem, claro, a eliminar. De toda forma é o trabalho sob o capitalismo, e não o trabalho em geral, que é o objeto da crítica da teoria social de Marx.

A contradição, portanto, encontra-se no fato de que, apesar de a criação de valor continuar a ser a pedra de toque da produção de riqueza no capitalismo e, também, determinante das relações sociais neste modo de produção, ela se torna cada vez mais anacrônica para a produção da riqueza material, que por sua vez é função direta do aumento da produtividade e do incremento técnico e científico aplicado na produção. As forças produtivas geradas no percurso histórico entram em contradição com as relações de produção capitalistas, ou seja, é o próprio modo de produção por inteiro que entra em contradição e é esta a via pela qual Postone acredita estar a possibilidade de superação do capitalismo e da forma capital.

Neste sentido, o proletariado para Marx é importante para o capital não como produtor de riqueza material, ou seja, como produtor de valores de uso, mas como produtores diretos de valor. O proletariado é a própria essência do modo de produção capitalista e não o caminho de sua superação, ou, em outras palavras, Postone recusa a leitura de que Marx veria no proletariado o inverso revolucionário da burguesia. A superação do capitalismo, nesta interpretação do autor canadense, não seria função da “vitória” do proletariado, ou de sua “realização” ou “auto-afirmação” numa sociedade comunista. Não existe, portanto, identidade entre a contradição de classes e a contradição fundamental do capitalismo. “De acordo com a lógica da análise de Marx, a classe trabalhadora, em vez de corporificar uma possível futura sociedade, é a base necessária para a sociedade atual, sob a qual sofre; está amarrada à ordem existente de maneira a torná-la objeto da história” (POSTONE, 2014, p. 414). A superação do capitalismo demanda a superação do trabalho proletário, ou seja, o trabalho produtor de valor, ou ainda do trabalho alienado.

É a partir desta premissa que um projeto educativo crítico e revolucionário deveria rever os princípios tradicionais presentes nas teses marxistas em educação. Embora não caiba neste espaço uma revisão destas teses, que é sem dúvida um trabalho importante derivado do esforço de reinterpretação da teoria marxiana, é sabido que elas se baseiam numa concepção de educação que tem no “trabalho” em geral o seu fundamento e, ainda, na conscientização do proletariado, compreendido não como sujeito central do capital, mas como sujeito revolucionário⁵, cuja realização seria alcançada com a revolução ao comunismo⁶.

5. Em se tratando da concepção do proletariado enquanto sujeito da revolução, Lessa e Tonet (2012, p. 71) em *Proletariado e sujeito revolucionário* defendem a tese de que “a revolução proletária é a mediação histórica indispensável para a transição ao comunismo”.

6. Dentre os teóricos marxistas brasileiros, há vários autores que defendem a tese do trabalho como princípio educativo, dentre eles, podemos citar: Saviani (1994); Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005); Kuenzer (1999). A teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Dermeval Saviani, tem como uma proposição importante o trabalho como princípio educativo. O autor trata do trabalho no sentido geral, não considerando a especificidade da categoria trabalho no modo de produção capitalista. De acordo com Fávoro (2014, p. 135): “Saviani [...] preconizou que o ‘ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral’. A proposta de organização da educação escolar estava pautada nesse princípio e na realidade do trabalho, que serviu de base para a organização curricular. O que significava o trabalho como

A partir da reinterpretação de Postone, o que se propõe como fundamento para um projeto político revolucionário de educação é diferente do “trabalho como princípio educativo” pelas razões já elaboradas. Trata-se de pleitear uma educação a partir dos fundamentos da dialética entre necessidade e liberdade, visando, a partir da lógica de Marx, “a reapropriação, pelas pessoas, de capacidades sociais gerais que não estão fundamentadas na classe trabalhadora e foram constituídas historicamente sob forma alienada como capital” (POSTONE, 2014, p. 415).

Para iniciar esta fase da argumentação é preciso uma nota metodológica sobre a crítica do existente e a possibilidade do devir histórico. Para Postone a crítica deve pautar-se não pela forma como se apresenta a sociedade hodiernamente, mas pelo que poderia ser e que está presente em germe no presente, no caso na própria sociedade capitalista. Nas suas palavras:

A crítica negativa, adequada, não é desenvolvida com base no que é, mas no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente. Finalmente, categorias de uma crítica social imanente com objetivo emancipatório têm de apreender de maneira adequada as bases determinadas de não liberdade no capitalismo, de forma que a abolição histórica do que expressam implicaria a possibilidade de liberdade social e histórica (POSTONE, 2014, p. 111).

Logo, as categorias apropriadas para a crítica do capital, nesta lógica, são o próprio capital e o valor e é a partir das possibilidades de superação apresentadas pela dinâmica histórica imanente ao capitalismo que se desenvolve o processo de crítica e, logo, os fundamentos da educação.

Dado o fato de que o valor é o cerne da contradição, não é possível pautar o projeto educativo no trabalho, dado que este, na forma do capital, não é mais que o seu sustentáculo, e na forma ontológica de

princípio educativo e a que tipo de trabalho ele se referia não foi esclarecido nesse momento. A definição apresentada, contudo, foi a de trabalho genérico, enquanto essência do homem. Apon-
tando então os diferentes modos de produção na história da humanidade e situou a escola neles. Ao relacionar o currículo escolar para a sociedade capitalista com o processo de trabalho, ficou subentendido que o princípio educativo a ser adotado se pautava no sentido ontológico do trabalho”.

metabolismo entre os seres humanos e a natureza não sustenta uma crítica historicamente específica do capitalismo e muito menos aponta para o futuro. O que aponta para o futuro é o fato de que é possível pensar uma sociedade em que a riqueza material seja constituidora da liberdade de todos e que as forças sociais de produção sejam apropriadas por todas as pessoas. A possibilidade de que a produção de riqueza seja realizada sem a centralidade da produção do valor, e com o incremento tecnológico e científico das forças produtivas, libera a sociedade de focar seu projeto educativo na “necessidade”, ou seja, no trabalho produtor de riquezas, ou no trabalho produtor de valor, como no capitalismo. Mas antes de continuarmos a argumentação, daremos um passo atrás para explicar a dialética entre necessidade e liberdade em Marx.

Em primeiro lugar, e voltando à nota metodológica, ao tratar-se de necessidade fica presente a análise do devir, ou seja, entre o que é necessário na forma social capitalista e o que seria necessário em uma sociedade pós-capitalista. Neste sentido há de se indagar no projeto educativo esta questão central, ou seja, a de ser o projeto educativo próprio para o capitalismo, que atenda suas necessidades, ou um projeto que mire em necessidades que não se ajustam ao capitalismo.

Em Marx pode-se inferir a existência de duas formas de necessidade: uma trans-histórica, que se refere especialmente ao intercâmbio dos seres humanos com a natureza, e uma necessidade historicamente constituída, que no caso do capitalismo se dá pela forma de dominação abstrata, que origina formas de compulsão abstrata e impessoal que domina os indivíduos.

A necessidade no capitalismo aparece, na concepção de Postone, sob a forma temporal, especificamente sob a forma do tempo de trabalho socialmente necessário, tempo esse historicamente determinado, ou seja, específico da forma social capitalista. “O tempo gasto na produção de um determinado produto é mediado de maneira socialmente geral e transformado em uma média que determina a grandeza do valor do produto” (POSTONE, 2014, p.223). Esta determinação social do tempo de trabalho necessário é a dimensão temporal do que o autor canadense denominou de “dominação abstrata”, que caracteriza as relações alienadas no capitalismo. O tempo se torna uma necessidade na forma do trabalho produtor de valor, necessidade esta que aparece objetivamente, naturalizada.

E, mais uma vez, é o tempo que fundamenta a produção de valor e, logo, encontra-se no seio da contradição fundamental do capitalismo, como o próprio Marx argumentou nos *Grundrisse*:

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário (MARX, 2011, p. 28, *apud* POSTONE, 2014, p. 433).

Desta forma, o reino da necessidade caracteriza-se pela produção material da vida social, que sob o capitalismo tem na produção do valor seu fundamento e o fundamento da alienação das relações sociais. Mas é na contradição desta forma de produção que se localiza a possibilidade de superação do modo de produção e, portanto, é na contradição entre a potencialização da produção de riqueza material sem o aumento proporcional de valor que se encontra o projeto comunista de educação, que é o objetivo aqui apenas delinear as linhas gerais.

É preciso compreender, segundo Postone, que um dos objetivos de Marx foi compreender o capitalismo como movimento da modernidade, ou seja, o capitalismo como sociedade moderna, onde existe uma oposição marcante entre “o indivíduo livre e auto-determinado e a sociedade como uma esfera extrínseca de necessidade objetiva. Essa oposição é intrínseca à forma de valor da riqueza e das relações sociais” (POSTONE, 2014, p. 223) Desta forma, tomando ainda as posições de Marx nos *Grundrisse*, Postone afirma o projeto do “indivíduo social” como aquele que é constituído em uma forma de sociabilidade na qual foi eliminado o valor como mediação fundamental das relações sociais. Para este, o tempo de trabalho e o tempo disponível se complementariam positivamente, ao contrário da relação entre o tempo necessário e excedente na relação de valor do capitalismo. Ainda neste mesmo texto preliminar a *O Capital*, Marx afirma que uma sociedade pós capitalista poderia se caracterizar pelo que chamou de “tempo disponível”. Nas palavras de Marx:

por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o tempo disponível de todos (MARX, 2011, p. 946, *apud* POSTONE, 2014, p. 436).

O projeto comunista, nesta perspectiva, seria o encontro social entre o desenvolvimento individual, das forças e potencialidades individuais, com o crescimento das forças sociais, o que não acontece no capitalismo, em que a produção da riqueza sob a forma de valor empobrece a maioria das pessoas do mundo. É necessário, portanto, superar a forma de trabalho que produz valor e, logo, é preciso eliminar o tempo de trabalho como medida da riqueza. De caráter concreto e imediato, a histórica luta pela redução da jornada de trabalho por parte dos trabalhadores é uma forma de manifestação desta contradição imanente ao capitalismo.

É no Livro III de O Capital que Marx traça uma importante distinção entre o reino da necessidade e o reino da liberdade.

O reino da liberdade efetivamente começa apenas onde o trabalho, que é determinado por necessidades e objetivos externos, cessa; ou seja, a própria natureza das coisas está além da produção material. [...] Liberdade, nesse sentido, só pode consistir em seres humanos socializados, os produtores associados, que regulam racionalmente suas trocas materiais com a natureza, mantendo-a sob seu controle comum, em vez de serem dirigidos por ela como que por uma força cega e atingindo isso com o menor dispêndio de energia e sob condições mais favoráveis a, e merecedoras, de sua natureza humana. Mas ela, contudo, permanece no reino da necessidade. Para além dela começa o desenvolvimento da força humana, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode brotar tendo esse reino da necessidade como base (MARX, 1981, p. 820, *apud* POSTONE, 2014 p. 442).

Portanto, para Marx, o verdadeiro reino da liberdade não está no trabalho, embora neste âmbito possa ser possível construir relações de

liberdade, como produtores associados. O que Marx denominou de reino da liberdade só se constitui sob a base de alguma produção social da existência, mas não necessariamente da forma como é realizada sob o capitalismo, em que o trabalho é meio de dominação social abstrata. Não se trata de liberdade absoluta, haja vista a necessidade trans-histórica e ineliminável de alguma produção material suficiente para a manutenção da vida social.

A questão é saber se, frente a este projeto de devir de uma sociedade pós-capitalista, ou seja, nesta relação do que Marx denominou de reino da necessidade e reino da liberdade, o projeto educativo deveria focar em um ou outro momento. A tese aqui defendida é que os projetos educativos marxistas, até agora, focaram no trabalho como fundamento, ou seja, no reino da necessidade e pela compreensão de que a superação do capitalismo se daria pela “realização do proletariado” pelo trabalho associado, pleiteou o trabalho como princípio educativo⁷.

A leitura de Moishe Postone possibilita construir as bases para um projeto pedagógico pautado na teoria social de Marx em outras bases: um projeto que prime pela realização da liberdade dos sujeitos, que possam se desenvolver plenamente, segundo as possibilidades pessoais e segundo as especificidades sociais, e não apenas como “produtores de coisas”. O próprio autor sintetiza sua teoria da superação do capital assim:

O conceito de Marx de superação do capitalismo pode ser entendido como pessoas ganhando controle sobre desenvolvimentos quase objetivos, sobre processos de transformação social contínua e acelerada, que elas mesmas constituíram. Dentro desse quadro, a questão não é tanto se as pessoas deveriam tentar moldar seu mundo – elas já o fazem. Em vez disso, a questão é a maneira segundo a qual elas moldam seu mundo e, logo, a natureza desse mundo e sua trajetória (POSTONE, 2014, p. 446).

Portanto, um projeto educativo que vise a superação do capitalismo não precisa esperar pela sua superação, mas deve iniciar agora

7. Uma outra crítica que ficará para outro trabalho é a centralidade da “profissionalização” nas teses da área Educação e Trabalho. De um ponto de vista revolucionário o caminho é a superação deste paradigma, tendo em vista o que aqui se levantou.

mesmo, como parte das contradições inerentes ao sistema do capital. Pensar em como moldamos o mundo hoje, atendendo às necessidades alienadas, quase objetivas, ditadas pelo capital, e como podemos formar as novas gerações para além destas relações alienadas, como podemos formar pessoas que visualizem estas relações tais como elas são e que possam construir relações novas, assim como se prepararem para processos revolucionários que sejam pertinentes à superação deste sistema.

Uma educação para além do capital é necessariamente uma educação para além do trabalho, uma educação para a liberdade, uma educação que seja focada no pleno desenvolvimento das potencialidades em um mundo em que estas sejam respeitadas nos contextos específicos em que os sujeitos se encontrem e não como uma determinação, *a priori*, como encontramos comumente nas teorias marxistas da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho levantar alguns aspectos acerca da obra *Tempo, trabalho e dominação social*, formulada por Moishe Postone, na qual ele realiza uma releitura crítica da obra madura de Marx e a partir disso direciona uma crítica às teorias defendidas pela vertente que o autor denominou de marxismo tradicional. De acordo com Postone (2014), a concepção tradicional do marxismo se pauta apenas na crítica à apropriação privada da produção, para quem a contradição central do capital estaria na luta entre as classes, portanto, nesta linha de raciocínio, a superação do capitalismo se daria com base na ação revolucionária do proletariado. Além disso, de acordo com o canadense, esta concepção tradicional analisa o trabalho ontologicamente, não considerando a especificidade do mesmo no período histórico do capitalismo, ou seja, sob condições abstratas e alienadas de dominação.

Para o autor, no entanto, a contradição central detém-se na dupla determinação do trabalho produtor de mercadorias, enquanto valores de uso e valor. A análise central deveria estar focada no processo de produção como totalidade, não apenas na distribuição social dos produtos. Neste sentido, de nada adiantaria eliminarmos a característica privada dos meios de produção, se continuássemos realizando a mesma forma de trabalho, o trabalho abstrato produtor de valor. Além do mais, para Postone, não é o proletariado, *a priori*, o sujeito da revolução societária: se o cerne da

contradição encontra-se no próprio modo de produção, é com o desenvolvimento das forças produtivas, condicionadas pela estrutura abstrata, quase objetiva e impessoal que se constitui a partir do trabalho, que se daria a transição ao socialismo. Uma vez que é cada vez mais crescente e incontrolável a compulsão do capital pela produtividade, pelo desenvolvimento das forças produtivas e tecnológicas, resultado da contradição entre capital e trabalho, o valor se torna cada vez mais anacrônico, em relação à quantidade cada vez maior de produção de valores de uso. Portanto, com o aumento das contradições no próprio interior do processo produtivo é que se daria a emancipação humana, processo no qual os indivíduos sociais seriam pela primeira vez sujeitos da sociedade, uma vez que se alcançaria o reino da liberdade, libertando-se da compulsão do capital.

A partir da crítica realizada por Postone, é possível dialogar com os projetos educativos postulados por correntes pedagógicas marxistas brasileiras, que tem no trabalho considerado trans-historicamente, o seu princípio educativo. O projeto de educação assim articulado centra-se apenas no reino da necessidade, ignorando a necessária dialética entre necessidade e liberdade.

Na dialética entre necessidade, liberdade e trabalho, já afirmava Marx em *O capital*, não é o limite do reino da liberdade, mas sua base. Um projeto educativo para além do capital, neste sentido, deve se pautar na realização do reino da necessidade, mas avançar para a produção de seres humanos, o “indivíduo social” de Marx, formados para uma vida em sociedade pautada na dialética necessidade e liberdade.

Um projeto revolucionário de educação deve iniciar-se aqui e agora, no sentido de se pensar como as ações humanas, nesta época histórica, são ditadas pelo capital e como podemos superá-las, formando sujeitos que percebam as contradições postas e que desenvolvam novas relações sociais pautadas na dialética entre necessidade e liberdade. Um projeto educativo, enfim, pautado no desenvolvimento de indivíduos que possam compartilhar a riqueza social produzida com o único intento de desenvolver os seres humanos e não para produzir mercadorias.

REFERÊNCIAS

FÁVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O projeto político-estratégico da pedagogia histórico crítica:** uma análise das origens do desenvolvimento, dos

dilemas e da relação entre a escola pública e a luta socialista. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, 2005. p. 63-71.

KUENZER, Acacia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 18-29, set./dez. 1999.

MARX, Karl. **O capital: Crítica à economia política**. Livro 1, v. 1. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1867]⁸.

MARX, Karl. **O capital: Crítica à economia política**. Livro 1, v. 1. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014 [1993].

_____. **Marx reloaded: repensar la teoría crítica del capitalismo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-166.

SIGNORI, Zenira Maria Malacarne. **Retrato do trabalho e educação em Guarapuava-PR: tempos do trabalho e do trabalhador estudante do ensino noturno da educação básica**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2014. 173p.

TONET, Ivo; LESSA, Lessa. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

8. As datas expressas entre colchetes referem-se às datas originais dos textos em sua primeira edição na língua original.